

BDMG: Seis Décadas em Desenvolvimento*

BDMG: Six Decades in Development

BDMG: Seis Décadas de Desarrollo

Adriano Miglio Porto**, Aline da Costa Lourenço,***
Izak Carlos da Silva**** e Leila Maria Bedeschi Costa*****

RESUMO

Em 1962 foi criado o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. O objetivo da criação desta instituição era eliminar os pontos de estrangulamento da economia mineira e corrigir os desequilíbrios inter-regionais e intersetoriais. Este objetivo é atingido por meio de recursos para segmentos considerados pouco atrativos pelos bancos privados ou de riscos dificilmente mensuráveis.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Economia. Minas Gerais.

ABSTRACT

In 1962, the Development Bank of Minas Gerais was created. The purpose of creating this institution was to eliminate bottlenecks in the economy of Minas Gerais and correct inter-regional and intersectoral imbalances. This objective is achieved by providing resources for segments considered unattractive by private banks or with risks that are difficult to measure.

Keywords: Development. Economy. Minas Gerais.

* A redação foi feita pelos autores, entretanto, essa história foi construída coletivamente, a muitas mãos. Sem responsabilizá-los por quaisquer equívocos e imprecisões, agradecemos especialmente pela ajuda nas informações ao conselheiro Fernando Lage de Melo e aos colegas funcionários do BDMG: Giselle Moraes da Fonseca Diniz, Ana Tereza Monteiro Felício da Silva, Larissa Wolochate Aracema Ladeira, Alex Ramon Aladim, Dalini Marcolino Ferraz, Giovani Rosenberg Ferreira Gomes, Daisy D'aquino Filocre, Isabela Martins Borba Silva Farah, Helder José Tarquinio da Silva Barreto, Victor Dourado Alves Reis, Luisa Lembi Nogueira e Letícia Ferreira de Barros Vieira.

** Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Economista e Analista de inteligência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: adrianom@bdmg.mg.gov.br

*** Doutoranda em Economia pela Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Mestrado em Economia pela Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil. Analista de Pesquisa no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: aline.lourenco@bdmg.mg.gov.br

**** Doutor em Economia Aplicada, pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Economista do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: izaksilva@bdmg.mg.gov.br

***** Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Economista do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: lcosta@bdmg.mg.gov.br

Artigo recebido em fevereiro/2023 e aceito para publicação em março/2023.

RESUMEN

En 1962 se creó el Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. El objetivo de la creación de esta institución era eliminar los cuellos de botella de la economía del Estado de Minas Gerais y corregir los desequilibrios interregionales e intersectoriales. Este objetivo se logra proporcionando recursos a segmentos considerados poco atractivos por los bancos privados o de riesgos difícilmente mensurables.

Palabras clave: Desarrollo. Economía. Minas Gerais.

1 INTRODUÇÃO

Os Bancos de desenvolvimento são instituições financeiras públicas voltadas para o financiamento do desenvolvimento. Estas instituições são importantes por prover recursos para dinamizar a economia e orientar o crescimento econômico, multiplicando os recursos disponíveis e direcionando a construção do futuro por meio do crédito, além de possuírem o potencial de induzir o comportamento dos agentes econômicos. Atuam no processo de concessão e possuem o poder de selecionar os projetos financiados ao incluir pré-requisitos que podem direcionar o rumo dos negócios. Também são responsáveis por direcionar o capital na sua forma mais líquida (moeda, dinheiro) para formação de novas empresas, de novos projetos, de novas fábricas e de novas usinas de energia, definindo quais serão os projetos de maior impacto econômico e social.

Os bancos subnacionais de desenvolvimento são instituições de propriedade de um país ou região e têm mandato de atuação regional, estadual ou local. Estas instituições são responsáveis por identificar prioridades regionais e locais, mobilizar recursos e implementar agenda de desenvolvimento por meio de financiamento de projetos de longo prazo, mitigação de falhas de mercado, concessão de crédito para setores vulneráveis e de maior risco e ação anticíclica para apoiar recuperação econômica em momentos de instabilidade financeira.

Neste contexto, a fim de eliminar os pontos de estrangulamento da economia mineira e corrigir os desequilíbrios inter-regionais e intersetoriais, em 1962 Minas Gerais criou um banco subnacional de desenvolvimento. O estado foi pioneiro em criar um banco de desenvolvimento estadual, denominado Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

A instituição tem contribuído com o desenvolvimento de Minas Gerais desde a sua criação fornecendo recursos para segmentos considerados pouco atrativos pelos bancos privados ou de riscos dificilmente mensuráveis. O propósito da instituição financeira é transformar iniciativas em realidade para fazer diferença na vida dos mineiros.

O objetivo deste artigo é examinar a contribuição do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais no desenvolvimento da economia do estado de Minas Gerais ao longo dos seus 60 anos de existência.

Para tal, o artigo está dividido em sete partes, incluindo esta introdução e a conclusão. Na próxima seção será abordado o processo de surgimento do BDMG. A terceira seção trata da contribuição do BDMG no desenvolvimento mineiro entre os anos de 1960 e 1970. A seção seguinte aborda os diversos desafios que a instituição se deparou na década de 1980. A quinta seção apresenta as reinvenções que o BDMG teve que realizar a partir da década de 1990. A sexta seção apresenta o contexto atual da instituição.

2 MOVIMENTOS INICIAIS: CONCEPÇÃO, GESTAÇÃO E NASCIMENTO

No período pós-guerra, no fim dos anos 1940, a economia mineira era subdesenvolvida e com predomínio do setor agropecuário, cujas atividades encontravam-se estagnadas. Neste período ocorreu um aumento da emigração de mineiros para São Paulo e a participação mineira no total da renda interna do país passou de 12,6% em 1941, para 11,5% em 1949.

Neste contexto, em 1947 foi publicado o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, que indicava a necessidade da ação do Estado para alavancar a economia estadual. O diagnóstico do plano era que Minas Geras estava isolada do país, com uma rede de transporte insuficiente e o suprimento de energia limitado para atender a demanda industrial.

Com base no diagnóstico, o governador Juscelino Kubitschek adotou como prioridade para o seu governo estadual o binômio energia e transporte com o objetivo de preparar a infraestrutura do estado para expandir a indústria. Neste período, as instituições de desenvolvimento que surgiram em Bretton Woods tiveram a ideia de criar instituições sub-regionais para apoiar a promoção do desenvolvimento local e alavancar a economia com investimentos modernos.

Com base nas ideias das instituições de desenvolvimento, o governador apresentou à Assembleia Legislativa mineira, em 1951, o projeto de criação de um banco estadual de investimento para financiar e apoiar a industrialização e as obras de infraestrutura local. Entretanto, os representantes do setor agrário no legislativo estadual resistiram à ideia e esta proposta foi adiada.

Na segunda metade da década de 1950, o Brasil acelerava seu modelo de substituição de importações e passava por vigoroso processo de desenvolvimento industrial, mediante afluxo de capitais estrangeiros. Contudo, a maioria dos investimentos industriais, como indústrias automobilísticas e de bens de capital, acabaram concentrando-se em São Paulo.

Em Minas Gerais, destacava-se a crescente importância de capitais externos nos ramos da extrativa mineral e metalurgia, com projetos como a Usiminas (1956), Mannesmann (1952) e Belgo-Mineira (1921) e a atuação na mineração estatal para exportação da Companhia Vale do Rio Doce (1942).

Na infraestrutura estadual de energia estavam sendo construídas novas hidrelétricas como Furnas e Três Marias. Ocorreu também ampliação da infraestrutura básica de transporte com a construção de grandes eixos rodoviários federais que passavam pelo estado e os integrava com estradas secundárias.

Apesar dos esforços, na década de 1950 o estado ainda não conseguiu acompanhar o forte crescimento do país. Nessa época, o parque industrial mineiro se caracterizava por indústrias tradicionais (principalmente têxtil e produtos alimentares) e de bens intermediários (aço e cimento). A participação mineira na economia brasileira continuava a cair de 11,5% em 1949 para 9,6% em 1960.

A proposta de criar um banco de desenvolvimento, realizada por Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi retomada em novembro de 1957. Cabia ao banco atuar como indutor de investimentos e promotor do progresso regional. A ideia foi reapresentada na forma de um projeto de lei que previa usar parte da Taxa de Recuperação Econômica do estado para sua capitalização. Entretanto, os setores conservadores frustraram a iniciativa.

Apesar dos reveses, a ideia de criar um banco de desenvolvimento estadual se fortalecia. Em novembro de 1959 deputados e lideranças do setor primário do estado criaram um projeto de lei propondo criar o Banco de Desenvolvimento Agropecuário de Minas Gerais. Após dois anos de debates e diversas emendas, este projeto acabou aprovado pela Assembleia Legislativa e submetido à apreciação do governador, em dezembro de 1961.

Com a aprovação do projeto de criação de um banco de desenvolvimento estadual, o governador solicitou o parecer de uma comissão, que sugeriu suprimir da proposta aprovada a restrição no escopo de ação na agricultura e pecuária, e permitir que atuasse de forma mais ampla, apta a abranger outros setores estratégicos, como a indústria, a fim de promover o desenvolvimento estadual.

Foi indicado ao governador que vetasse partes do texto da lei aprovada, de forma a eliminar do nome do banco o vocábulo Agropecuário e todas as partes que endossassem sua atuação restrita. Com os vetos mantidos, o governador promulgou, no início de 1962, a lei nº 2.607 que criou, após longo debate, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Atores defendiam que para romper com o quadro de estagnação e pobreza regional a alternativa era acelerar a industrialização. Acreditava-se que criar um banco estadual contribuiria para a superação das velhas estruturas, ajudando a corrigir desequilíbrios inter-regionais e intersetoriais e identificar e ajudar a eliminar os pontos de estrangulamento na economia regional. Entretanto, esta ideia ainda encontrava resistência de grupos conservadores do estado. Com a criação desta nova instituição as resistências políticas foram contornadas e nasceu o primeiro Banco de Desenvolvimento (BD) exclusivamente estadual do Brasil.

3 PRIMEIRAS DUAS DÉCADAS: DESAFIOS, “DIAGNÓSTICO” E “MILAGRE MINEIRO”

Os conselheiros e a primeira diretoria do BDMG foram nomeados pelo governador e tomaram posse em 21 de setembro de 1962. A capitalização do BDMG foi realizada com parcelas da Taxa de Recuperação Econômica, do Fundo Minerio-Metalúrgico e da Taxa de Desenvolvimento Metalúrgico do Estado.

Inicialmente, o BDMG procurou financiar atividades industriais de menor porte com base em solicitações dos empresários, tanto por dispor de poucos recursos quanto por não ter ainda um modelo que lhe permitisse orientar setorialmente sua atuação. Visando sanar a segunda limitação, o corpo técnico do banco buscou, por

meio de estudos aprofundados, estruturar o modelo sobre o qual deveria atuar para influenciar os rumos da economia mineira, criando uma base de conhecimento sobre a qual assentaria sua atividade de fomento.

Os financiamentos concedidos na época também foram resultados da divulgação das finalidades do Banco junto aos produtores e às autoridades do interior do Estado.

Nos seus primeiros anos o BDMG aprofundou seu conhecimento sobre a realidade mineira por meio de estudos de natureza geral, regional e setorial, a fim de apoiar o estado como financiador e como órgão de planejamento e promoção industrial.

Com o objetivo de aprofundar o autoconhecimento da realidade local para dinamizar o crescimento no estado, em 1968, o BDMG elaborou o Diagnóstico da Economia Mineira. Este estudo retratou a economia de Minas Gerais como fragmentada, com sérios desequilíbrios intersetoriais, infraestrutura limitada e perspectivas problemáticas agravadas pela falta de planejamento estadual e um desconhecimento relativo das potencialidades do estado, sugerindo medidas para aprofundar o fomento à industrialização.

Para avançar no desenvolvimento estadual, o governo do estado promoveu uma significativa reestruturação do seu aparato institucional, com a criação de instituições estaduais como a Fundação João Pinheiro, o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais e a Companhia de Distritos Industriais.

Já na sua primeira década, o BDMG conseguiu se impor como importante órgão de elaboração e planejamento do Estado. Desta forma, constituiu-se como fonte de recursos humanos qualificados para os diversos novos órgãos estaduais especializados que foram criados para atuar na promoção do desenvolvimento estadual que foram criados posteriormente.

No final de sua primeira década, o governo Israel Pinheiro (1966-1971) fortaleceu e redirecionou a ação direta do BDMG que, até então, se caracterizava mais como um centro de planejamento e estudos econômicos do que uma agência financeira. Com a focalização das atividades de planejamento em outros órgãos do estado e a obtenção de mais recursos, o BDMG conseguiu uma expansão em suas atividades operacionais. O BDMG se tornou também o principal braço financeiro do governo estadual para estimular o crescimento econômico de Minas Gerais na fase de avanço da industrialização via substituição de importações no país.

O remodelado planejamento estadual aproveitava as vantagens competitivas do estado e as capacidades de seu corpo técnico para potencializar as possibilidades criadas pelo planejamento nacional. Para garantir a inserção do estado no processo de desenvolvimento nacional, foi elaborado o I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (I PMDES), para o quinquênio 1971-1975, com base nos objetivos formulados nacionalmente e a partir das necessidades observadas no diagnóstico econômico do estado. No período, o BDMG dinamizou os principais investimentos

industriais no estado, articulados ao plano nacional, e ajudou a operar o “Milagre Mineiro”, colaborando para que o estado crescesse a taxas bem superiores às do Brasil. Entre 1974 e 1976 o PIB mineiro cresceu acima de 15%aa, enquanto o Brasil ainda ficava dentro do limite de 10% aa.

Durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND (1974/1979), o planejamento de Minas Gerais continuou a atuar de forma complementar e integrada ao planejamento nacional.

A modernização da industrialização mineira foi beneficiada pelo contínuo e decisivo apoio do BDMG. A modernização da agricultura também foi beneficiada pela atuação do banco, além do crescimento dos programas ao setor agropecuário. O BDMG criou o Programa de Crédito Integrado – PCI, com objetivo de modernizar técnicas e as propriedades agrícolas do centro-oeste mineiro. Em 1972 foi criado o Programa de Desenvolvimento de Cerrados (PRODECER), que anos depois serviu como base para a elaboração e execução do POLOCENTRO, implantado pelo governo Federal em 1975.

Na década de 1970, já com mais disponibilidade de recursos, o banco diversificou e ampliou sua área de financiamentos e englobou o setor de infraestrutura, direcionando recursos para o financiamento de rodovias, pontes e forneceu apoio financeiro e técnico à implantação de distritos industriais em várias partes do território mineiro. Além disso, teve significativa participação na melhoria da infraestrutura social e urbana de Belo Horizonte.

Ainda no setor de infraestrutura, o BDMG contribuiu com o desenvolvimento do setor de energia elétrica, de transportes e projetos de saneamento básico.

No início da década de 1970, o estado de Minas Gerais controlava cerca de 80% da produção mineral brasileira. Neste período, a mineração correspondia a 13% da produção industrial do estado. Diante deste contexto, em 1971 o BDMG cria a Carteira de Desenvolvimento Mineral, que posteriormente foi transformada em Departamento de Desenvolvimento Mineral. No setor de serviços, em que predominavam empresas de menor porte, o BDMG também apoiou iniciativas no estado.

Ainda na década de 1970, foi necessário definir uma política de longo prazo para o BDMG, com o objetivo de vincular o planejamento interno da estrutura do banco às rápidas mudanças ocorridas e alinhá-lo às expectativas de mudança do setor produtivo mineiro. Neste contexto, no período de 1974-1978 surgiu o plano de Ação do BDMG.

Posteriormente foi formulado novo Plano de ação para o quadriênio 1976-1979, que reafirmava seu apoio à modernização econômica do Estado, ao fortalecimento do empresariado local e ao incentivo às pequenas e médias empresas. Para isso, o Plano recomendava o fortalecimento do capital próprio do Banco para sua maior independência e flexibilidade operacional, estabelecimento de nova estratégia

de atuação para agilizar a captação de recursos e o aprimoramento de práticas e processos administrativos, por meio da modernização de sua estrutura gerencial.

No seu processo de modernização gerencial, a partir de 1976 o BDMG buscou uma abrangente reorientação estrutural e funcional com profunda atualização de sistemas, métodos, procedimentos, formas de atuação e gestão de pessoal, que aparecia na montagem de um novo modelo institucional, baseado na diversificação das atividades e na agilização do seu sistema operacional. A filosofia básica desta nova estrutura organizacional era calcada no tripé planejamento – recursos financeiros – recursos humanos, objetivando o fortalecimento das unidades operacionais e buscando imprimir maior segurança às operações de crédito.

4 TERCEIRA DÉCADA – DESAFIOS NOS ANOS 1980

A conjuntura fortemente expansionista da sua segunda década, nos anos de 1970, mudou substancialmente na década seguinte. No início da década de 1980 ocorreram significativos fatores de instabilidade, como a enorme aceleração da inflação, a forte desaceleração e recessão que desafiavam a economia brasileira.

O novo período foi fortemente caracterizado pela deterioração da capacidade de financiamento do setor público. A significativa redução dos fluxos de recursos do BNDES e do BACEN atingiu fortemente os bancos de fomento estaduais. O BDMG procurava se ajustar à nova realidade, passando a atuar com linhas de recursos usualmente operadas por bancos de investimento, como a captação de recursos no mercado interno (CDBs) e no exterior (Resolução 63 e Lei nº 4.131), para continuar seu trabalho de fomento. O BDMG precisou se reinventar para garantir sua sustentabilidade financeira numa conjuntura pautada pela perda da qualidade da carteira e redução nos recursos disponíveis.

Na crise dos anos 1980, o BDMG conseguiu manter seu apoio aos empreendimentos relevantes para o Estado, além de se manter na vanguarda da elaboração de estudos sobre a economia regional e apoiar instituições prioritárias para a economia mineira.

No setor agropecuário, o BDMG destacou-se com o Programa de Reflorestamento, destinado à implantação e reformas de florestas para o fornecimento de matéria-prima para uso em diversos setores industriais.

Após demonstrar a possibilidade da conquista agro do cerrado, o BDMG também auxiliou na expansão das fronteiras da agricultura mineira ao apoiar um projeto pioneiro de cultivo com irrigação nas regiões semiáridas do norte do estado.

Na década de 1980 houve queda substancial nas inversões em infraestrutura, especialmente em razão da redução da oferta de recursos externos e das dificuldades fiscais do Estado em manter os níveis de investimentos públicos.

Na área industrial, o BDMG ajudou no financiamento e montagem do complexo químico do triângulo mineiro. No setor siderúrgico, o BDMG participou da implantação e expansão de importantes projetos industriais.

No setor de serviços, destacou-se ainda o Programa de apoio às microempresas (PROMICRO). O BDMG fornecia assistência financeira às microempresas, por meio de linhas de crédito específicas. Durante o período de estagnação econômica, a política de apoio às micro e pequenas empresas, por parte do Banco, foi importante como estímulo à geração de renda e à criação/sustentação de empregos, dada a grande capacidade dessas empresas em absorver mão de obra.

Com a crise de financiamento do estado na década de 1980, o BDMG inovou e consolidou sua experiência com aprofundamento técnico em novas formas de captar recursos para as empresas mineiras, usando instrumentos como o mercado de capitais. Avançou também, no uso da informática como instrumento de modernização interna no BDMG.

No final da década o BDMG elaborou e lançou seu amplo estudo “Economia Mineira – 1989: diagnósticos e perspectivas”, que destacava as necessidades e transformações por que passavam a economia estadual e a sociedade mineira. Produzido no contexto da elaboração da nova constituição e da revisão dos parâmetros que norteariam a política de desenvolvimento no Brasil, este estudo atentou para o fato de que os problemas na área social poderiam comprometer os resultados econômicos pretendidos, e que o social não deveria ser tratado apenas como um “apêndice” da política econômica, mas sim como parte integrante de um processo mais amplo e equitativo de desenvolvimento, ajudando a redefinir o “papel” e o foco do BDMG.

5 DESAFIOS E REINVENÇÕES NAS DÉCADAS SEGUINTE

A maior abertura da economia brasileira (e mineira) ao comércio e às transações financeiras internacionais tornaram o desenvolvimento nacional mais acoplado à dinâmica internacional. Num cenário de maior integração, os papéis do Sistema Nacional de Fomento foram sendo revistos, de maneira similar ao que vinha ocorrendo em outras partes do mundo.

Do papel principal de sustentação ao investimento e suporte à infraestrutura, as instituições de fomento passaram a ser requisitadas ao cumprimento de funções mais específicas, concomitantemente à maior maturidade e complexidade do sistema financeiro internacional. A resignificação dos sistemas de fomento acompanhou a maior maturidade e integração das economias nacionais. Sua relevância, entretanto, não diminuiu, na medida em que a ação ficou cada vez mais focada em segmentos estratégicos e naqueles onde as instituições comerciais e privadas tendem a não participar, em razão de maiores riscos.

No Brasil, após o movimento de criação e expansão das instituições financeiras que formaram o sistema nacional de fomento, capitaneado pelo BNDES, veio a redução drástica do número de instituições, acompanhando a reforma bancária dos anos 1990.

Naquele contexto, houve uma reconsideração sobre o próprio papel do Estado na economia, com recuo da política industrial. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha assegurado a capitalização do BNDES – por meio dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), neste período, a esta instituição coube principalmente o papel de coordenar os processos de privatização; o papel de coordenador do sistema de fomento e a concessão de crédito recuaram. A contemporânea crise fiscal e inflacionária vivida pelo país ensejou um grande movimento de reforma bancária, com a conglomeração das instituições financeiras privadas, acompanhado por um amplo processo de extinção de bancos públicos estaduais, incluídos vários bancos de desenvolvimento – o PROER, de 1995 (CORAZZA, 1998).

O BDMG, o BANDES e o BRDE - além do BNDES – foram as únicas instituições bancárias com caráter exclusivo de fomento a sobreviver a esta reforma. Em razão de suas entregas relevantes, reconhecidas à época pelos dirigentes políticos do estado, o BDMG foi preservado.

Tendo sobrevivido à crise do início da década e à reforma bancária, o BDMG recebeu a missão de trabalhar na liquidação dos bancos estaduais (MERCADO COMUM ESPECIAL, 2012). A partir daí o BDMG enfrentou mais uma série de transformações em sua forma de atuação, sempre respondendo aos desafios regionais de desenvolvimento e as limitações da conjuntura.

Concomitantemente, evoluiu a percepção das instituições financeiras regionais como elos de uma rede internacional de fomento - ganhando corpo tanto na literatura quanto nas negociações internacionais. Neste contexto, foi-se formando um razoável consenso em torno dos principais papéis a serem desempenhados pelas instituições locais e regionais de fomento: a) atuar como braço financeiro do estado, executando suas políticas e orçamentos públicos; b) atuar de forma contracíclica, oferecendo crédito para sustentação da economia em momentos recessivos; c) conceder crédito em atividades relevantes para o desenvolvimento econômico, cujo risco seja de difícil mensuração pela iniciativa privada – como nos casos de implantação de empresas, *projectfinance* e inovação tecnológica e d) ser a última milha da cadeia de instituições de fomento, que começa nos organismos multilaterais e vai até as instituições de inserção local, que são capazes de conhecer e agenciar da melhor forma os interesses e necessidades dos atores econômicos locais (XU; WU, 2019; SUCHODLOSKY *et al.*, 2021).

A trajetória do BDMG, em seus aspectos institucionais, financeiros e quanto ao escopo de atuação, respondeu a esse duplo movimento – por um lado, aos impactos da crise fiscal e da abertura econômica no país e à reconsideração sobre o papel do Estado que este processo ensejou, com um relativo abandono da política industrial; por outro, ao processo de ressignificação internacional dos sistemas de fomento.

Atuando em múltiplas frentes, seja por meio da concessão de financiamento, seja através da prestação de serviços financeiros e modelagem de operações, o BDMG cumpriu, de diversas formas, cada um dos papéis referenciados na literatura. A própria natureza jurídica da instituição se alterou ao longo do tempo, permitindo

adaptações necessárias às demandas. Da sua forma original de autarquia o banco foi transformado em empresa pública em 1992 – tendo ampliada sua autonomia de planejamento e gestão. Em 2012, uma nova mudança se fez, com a criação de uma subsidiária integral, a BDMGTEC, cujo propósito era assegurar investimentos em segmentos de inovação tecnológica relevantes para o estado por meio da participação direta (extinta em 2019).

O Banco participou das iniciativas de atração de investimentos desde a sua criação. Inicialmente, com recursos do estado – sob a forma de aumentos de capital ou na execução de orçamentos públicos estaduais. Em meados dos anos 1990 e até aproximadamente 2008, este papel tomou corpo por meio do arcabouço jurídico dos **fundos estaduais de desenvolvimento**, ordenado pela publicação da Lei Complementar 27 de 1996 (posteriormente substituída pela Lei Complementar nº 91). Os fundos eram unidades orçamentárias dedicadas ao fomento, e cada um estabelecia objetivos, requisitos de concessão e beneficiários em suas leis específicas.

O BDMG, atuando como agente financeiro, selecionava tomadores pelos critérios usuais de concessão de crédito. Tal mecanismo permitia a racionalização do uso dos recursos públicos, uma vez que os volumes emprestados retornavam com juros aos cofres públicos. Do lado dos tomadores, garantia acesso a recursos sob taxas de juros subsidiadas. Empreendimentos de elevado potencial multiplicador foram atraídos ao estado por meio deste mecanismo (fundos FUNDIEST, FIND, FINDES), e segmentos produtivos relevantes para o estado também foram apoiados.

Enquanto as fontes de recursos se diversificavam, o atendimento aos municípios foi ganhando maturidade institucional no BDMG, com uma gerência dedicada aos gestores municipais, acompanhando desde o levantamento do limite legal de endividamento até a prestação de contas das obras.

Concomitantemente à abertura de novos campos de atuação, o BDMG seguiu dando suporte aos segmentos que tradicionalmente havia apoiado.

A possibilidade de operar como repassador de recursos do BNDES e da FINEP deu novo fôlego à atuação do BDMG, sobretudo a partir de 2012, quando os recursos dos fundos estaduais escassearam. Este início do século XXI trouxe como um desafio novo e, desde então, contínuo a busca da autossustentação. O Banco buscou a diversificação de *funding*. Estruturou-se para realizar captações no mercado de capitais interno e internacional e passou a desenvolver uma inteligência na composição do *portfólio* que associa a atuação em segmentos mais rentáveis e seguros, com segmentos mais associados à sua missão de desenvolvimento, enquanto buscava opções de captação que lhe proporcionem maiores *spreads*.

Enquanto diversificou o crédito, o banco também atuou na construção de soluções financeiras para segmentos como infraestrutura e inovação, em conjunto com os atores relevantes do estado e com os municípios mineiros. Para o suporte às grandes obras de infraestrutura de âmbito estadual, a estruturação de parcerias fez-se essencial, em razão do volume requerido de investimentos diante dos limitados recursos públicos (e às dimensões do capital do banco). Nesta frente, o BDMG atuou na estruturação das

parcerias público privadas (PPP) e em consórcios junto a outros bancos na execução ou garantia de trechos de obras (como no caso de concessão de rodovias). O banco ainda teve papel ativo nos arranjos que viabilizaram a PPP do Mineirão, um dos principais estádios na copa do mundo de 2014 no Brasil, e das penitenciárias¹.

No apoio às atividades consideradas altamente arriscadas pelo mercado, o banco veio atuando por meio do crédito, da participação no capital e, desde 2014, sob a forma fundos de investimento em participação de (FIP's).

O crédito à inovação emergiu como um dos elementos constitutivos da construção do sistema mineiro de inovação. Em 2001, uma primeira parceria entre BDMG e a Fundação de Apoio à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) constituiu o Pró-Inovação, que trouxe aprendizado para as duas partes. Da perspectiva do banco, os recursos orçamentários oriundos da Fundação retiravam o entrave do risco de perdas. Na perspectiva da FAPEMIG, a qualificação técnica da equipe do BDMG permitia a seleção dos melhores projetos, do ponto de vista de viabilidade econômico-financeira, racionalizando o uso dos escassos recursos de pesquisa. A partir de então, a parceria entre as duas instituições foi ampliando, enquanto os mecanismos de captação e avaliação de projetos de inovação também amadureceram.

Na medida em que avançava a integração do sistema estadual de inovação, novas abordagens surgiram quanto à necessidade de recursos financeiros para inovação, sendo o BDMG o agente financeiro de todas elas. O apoio a microempresas de base tecnológica ganhou espaço no fundo de fomento, com o programa FUNDESE Base Tecnológica.

Uma nova parceria com a FINEP (FINEP/INOVACRED, 2013) ampliou o escopo de atuação do BDMG – que passou a abranger o financiamento a médias empresas para projetos de inovação, em empresas de quaisquer segmentos.

Uma outra alternativa de apoio financeiro – desenvolvida no Brasil pelo BNDES e da qual o BDMG também participou – foi a constituição dos fundos de investimento em participação – os FIP's, e os fundos de investimento em empresas emergentes (FIEE) - uma modelagem adequada para o apoio a *venture capital* (VIANA, 2016).

6 SEXTA DÉCADA: NOVA CRISE, PANDEMIA E ATUAÇÃO RECENTE DO BDMG

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) tem sido pioneiro no Brasil ao se alinhar à nova dinâmica dos bancos de fomento mundiais que exige maior foco em investimentos sustentáveis com impactos positivos.

O BDMG sempre buscou o aumento no volume de desembolsos e de números de clientes de forma ampla. Entretanto, houve a reorientação do papel do Banco como ator estratégico na promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável de Minas Gerais por meio de uma ação mais direcionada em áreas específicas.

¹ Disponível em: www.ppp.mg.gov.br/projetos/contratos-assinados/mineirao

A partir daí o banco vem trabalhando para consolidar sua estratégia, agenda e atuação em sustentabilidade e desenvolvimento social. Em 2013, o banco elaborou sua primeira Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), cujas diretrizes envolviam, entre outros itens, o alinhamento de sua atuação à política estadual e nacional do meio ambiente; a priorização do atendimento aos empreendimentos com externalidades socioambientais positivas – com ênfase, entre outros, na redução e no reaproveitamento de resíduos sólidos; eficiência energética; energias renováveis – e a exclusão da concessão de financiamentos para empreendimentos com alto impacto ambiental e social.

Em 2016, o BDMG implementou metodologia para gerenciamento de riscos socioambientais em seu processo de crédito, assim como modelo de enquadramento de suas operações ligadas à sustentabilidade.

Além disso, também possui um histórico de captações internacionais na tentativa de diversificar e maximizar o uso dos *fundings* disponíveis para atender a sua estratégia de atuação.

Considerando o histórico de atuação voltado para o desenvolvimento socioeconômico de Minas Gerais, sua estratégia e agenda de sustentabilidade, além de sua capacidade de obter recursos de diferentes fontes, o BDMG lançou o **Framework para a emissão de Títulos Sustentáveis**. Este *Framework* estabelece critérios para alocação de recursos utilizados para financiar ou refinanciar projetos ou operações que possuem impactos socioambientais claros e significativos e que contribuam para os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Os créditos concedidos elegíveis para a emissão de títulos sustentáveis no BDMG são investimentos do setor público e do setor privado que geram benefícios sociais e ambientais claros em todos os setores da economia. Estes projetos ou atividades estão alinhados a uma ou mais metas dos diferentes ODS da ONU.

Foram definidos cinco compromissos de impacto que passaram a direcionar a atuação do BDMG: **inclusão financeira, energia limpa, empresas competitivas e responsáveis, cidades inclusivas e sustentáveis e agricultura de baixo carbono**.

6.1 INCLUSÃO FINANCEIRA

O compromisso de Inclusão Financeira visa garantir acesso a serviços financeiros em condições favoráveis para as micro e pequenas empresas, apoiando a manutenção de empregos. Este compromisso incorpora o ODS 8, de trabalho decente e o ODS 5, de empreendedorismo feminino.

Para o BDMG, é indiscutível o importante papel que as Micro e Pequenas Empresas (MPes) exercem em uma economia, principalmente na oferta de empregos. As MPes são responsáveis pela maioria dos empregos criados em Minas Gerais.

Reconhecendo o protagonismo das MPes no tecido econômico, o BDMG avalia e concede financiamento por meio de uma plataforma *on-line*, o BDMG Digital. O objetivo desta plataforma é ampliar e agilizar o acesso ao crédito para micro e pequenos empresários.

Objetivando simplificar a aquisição de crédito para as micro e pequenas empresas e diversificar a oferta de produtos na Plataforma Web, em 2019 foi lançado um novo produto no BDMG Digital: o Geraminas Giro Mais, que consiste em uma linha de capital de giro com limites de crédito e prazos ampliados, taxas competitivas e garantias simplificadas para atender a empresas com faturamento anual entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 30 milhões.

Em 2021, ocorreu o credenciamento do Sebrae como correspondente bancário BDMG. Aconteceu também o lançamento de uma nova modalidade de correspondentes bancários, denominada Parceiro Simples. Além disso, com o objetivo de apoiar as MPEs controladas por mulheres e incentivar a inclusão destas nos negócios, um dos produtos também disponíveis no canal digital é a linha de financiamento Empreendedoras de Minas.

Durante a pandemia foi criada a versão “Emergencial”, exclusivamente para o momento da crise da Covid-19, e foram liberados R\$ 31,2 milhões em 2020, atendendo a 789 empreendedoras.

Como consequência da adoção do compromisso de inclusão financeira, no período 2019-2022 foram criados 18.662 mil empregos, gerando um impacto na produção mineira de R\$ 1.144,1 milhões e no PIB do estado de R\$ 640,7 milhões. No total, foram arrecadados R\$ 37,8 milhões de ICMS para o estado.

TABELA 1 - IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA ATUAÇÃO EM INCLUSÃO FINANCEIRA - 2019-2022⁽¹⁾

VARIÁVEIS	INCLUSÃO FINANCEIRA (R\$ milhões)				
	2019	2020	2021	2022	Total
Desembolso	211,7	161,2	100,7	111,1	584,9
Produção	411,0	314,2	199,6	219,3	1144,1
Renda	107,4	83,1	55,9	60,3	306,7
Empregos gerados	6.417	5.384	3.300	3.561	18.662
ICMS arrecadado	13,5	11,0	6,3	7,0	37,8
PIB	226,3	174,3	115,3	124,8	640,7

FONTE: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BMDG)

NOTA: Elaboração dos autores.

(1) A preços constantes de dezembro de 2022.

6.2 ENERGIA LIMPA

O compromisso de energia limpa objetiva ampliar a matriz de energia renovável, viabilizando investimentos em fontes de energia limpa e eficiência energética.

Uma vez que o tema da sustentabilidade tem sido um elemento central da estratégia corporativa, o BDMG se propõe a contribuir para o aumento da participação de energias renováveis na matriz energética brasileira e global e no combate à mudança climática, conforme descrito no ODS 7 – Energia Limpa e Acessível e no ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima.

Como parte da sua estratégia, o BDMG busca promover a economia de energia e incentivar ações favoráveis à redução das mudanças climáticas, sempre em

consonância com as agendas globais de desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, está o financiamento a projetos de eficiência energética e energia renovável.

O estímulo ao desenvolvimento sustentável vai além das operações financiadas pelo BDMG e se revela também no engajamento institucional. Internamente, há ainda a preocupação com a manutenção de boas práticas socioambientais em seu edifício, seja por meio da eficiência no consumo de água e energia, seja pela gestão de resíduos e programas de conscientização, entre outros.

Ao assumir o compromisso de gerar energia limpa no estado, de 2019 a 2022 o BDMG estimulou 10743 empregos e gerou um impacto na produção mineira de R\$ 1.392,1 milhão e no PIB do estado de R\$ 647 milhões. Foi gerada uma renda de R\$ 255,5 milhões e foram arrecadados R\$ 41,9 milhões de ICMS para o estado.

TABELA 2 - IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA ATUAÇÃO EM ENERGIA LIMPA ⁽¹⁾

VARIÁVEIS	INCLUSÃO FINANCEIRA (R\$ milhões)				
	2019	2020	2021	2022	Total
Desembolso	147,7	179,1	188,9	229,5	745,3
Produção	278,8	339,6	339,2	434,5	1.392,1
Renda	50,9	64,9	57,1	82,6	255,5
Empregos gerados	2.296	2.540	2.539	3.368	10743
ICMS arrecadado	8,2	9,9	10,5	13,3	41,9
PIB	116,9	154,0	163,6	212,5	647

FONTE: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)

NOTA: Elaboração dos autores.

(1) A preços constantes de dezembro de 2022.

6.3 EMPRESAS COMPETITIVAS E RESPONSÁVEIS

O compromisso tem como objetivo promover a diversificação industrial, agregação de valor às commodities e acesso a novos mercados, com elevação de produtividade e inovação. Este compromisso incorpora o ODS 9 de Indústria, Inovação e Infraestrutura.

O BDMG busca promover a inovação no setor produtivo mineiro e viabilizar a criação e o acesso ao mercado de crédito para empresas de base tecnológica e apoiar projetos inovadores. Para financiar projetos inovadores, o Banco atua com recursos de parcerias com a FAPEMIG e com a Finep, além de parceria com o BNDES.

Além do estímulo à inovação por meio do financiamento, o BDMG também atua com instrumentos de investimento para o apoio a empresas inovadoras e com elevado potencial de crescimento.

Com o compromisso de tornar as empresas mineiras competitivas e responsáveis, de 2019 a 2022 o BDMG estimulou 30.526 empregos e gerou um impacto na produção mineira de R\$ 2.488 milhões e no PIB do estado de R\$ 1.154,8 milhões. Foi gerada uma renda de R\$ 554,8 milhões e foram arrecadados R\$ 88,2 milhões de ICMS para o estado.

TABELA 3 - IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA ATUAÇÃO EM EMPRESAS COMPETITIVAS E RESPONSÁVEIS ⁽¹⁾

VARIÁVEIS	INCLUSÃO FINANCEIRA (R\$ milhões)				
	2019	2020	2021	2022	Total
Desembolso	315,7	318,7	229,7	492,3	1.356,5
Produção	555,0	605,9	411,0	916,1	2.488
Renda	123,7	143,0	91,7	196,4	554,8
Empregos gerados	6.876	7.273	5.138	11.239	30.526
ICMS arrecadado	19,0	20,9	14,8	33,5	88,2
PIB	257,2	279,1	183,9	434,6	1.154,8

FONTE: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)

NOTA: Elaboração dos autores.

(1) A preços constantes de dezembro de 2022.

6.4 CIDADES INCLUSIVAS E SUSTENTÁVEIS

O objetivo deste compromisso é ter cidades mais inclusivas e sustentáveis, viabilizando projetos de infraestrutura – saneamento, saúde, educação, urbanização e espaços inclusivos. Este compromisso incorpora o ODS 11, Cidades sustentáveis, o ODS 4 que se refere à Educação, o ODS 6, que corresponde à Saneamento e o ODS 3, Saúde.

A atuação do BDMG junto aos municípios tem o propósito de melhorar a qualidade de vida dos mineiros com o financiamento da infraestrutura municipal. Os financiamentos têm como finalidade obras de construção, reforma e ampliação de prédios públicos, abastecimento de água e esgoto, resíduos sólidos, mobilidade e drenagem urbana, além da possibilidade de aquisição de máquinas e equipamentos.

O BDMG gerou alguns impactos em Minas Gerais ao assumir o compromisso de tornar as cidades mineiras inclusivas e sustentáveis. Dos compromissos de impactos adotados pelo banco, este foi o que mais estimulou emprego e produção na economia mineira. De 2019 a 2022 foram 90.012 empregos estimulados, um impacto na produção mineira de R\$ 6.207 milhões e no PIB do estado de R\$ 3.647,7 milhões.

TABELA 4 - IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA ATUAÇÃO EM CIDADES INCLUSIVAS ⁽¹⁾ E SUSTENTÁVEIS

VARIÁVEIS	INCLUSÃO FINANCEIRA (R\$ milhões)				
	2019	2020	2021	2022	Total
Desembolso	294,3	1.638,8	482,5	576,6	2.992,3
Produção	638,3	3.327,2	1.049,4	1.192,1	6207
Renda	221,2	1.000,9	365,4	372,9	1.962,4
Empregos gerados	7.795	49.823	15.943	16.451	90.012
ICMS arrecadado	19,1	104,5	31,1	35,9	190,6
PIB	389,6	1.920,0	641,2	696,9	3.647,7

FONTE: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)

NOTA: Elaboração dos autores.

(1) A preços constantes de dezembro de 2022.

6.5 AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO

O compromisso agricultura de baixo carbono pretende viabilizar investimentos em agroinovação que garantam níveis altos de produtividade e contribuam para a regeneração do solo, biodiversidade e redução das emissões de gases de efeito estufaGEE. Este compromisso incorpora o ODS 11, de cidades sustentáveis, ODS 3 de saúde, ODS, 4 sobre educação e ODS 6, sobre saneamento.

A atuação do BDMG em Agricultura de Baixo Carbono se alinhou ao Planejamento Estratégico traçado pela Instituição, e endereça também questões de interesse público (mitigação das mudanças climáticas; produção de alimentos; geração de empregos; desenvolvimento tecnológico; desenvolvimento econômico de MG) estabelecidas tanto pelo Estado, quanto pelos ODS.

Como um dos projetos desta frente de atuação, o Banco fomenta a adoção de técnicas inovadoras de cultivo na produção de grãos e de café no Estado, que juntos representaram aproximadamente 75% do valor bruto produzido pela atividade agrícola em Minas Gerais, em 2020.

A Embrapa, por meio da Embrapa Cerrados, desenvolve os Programas de Desenvolvimento Sustentável Territorial Baseados em Agroinovação (PROGRAMA) que abrangem atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com foco na aceleração de processos de desenvolvimento territorial sustentável baseado em Agroinovação. Ao se destinar ao estado de Minas Gerais este programa é denominado LabAgroMinas.

O Programa LabAgroMinas foi concebido de forma conjunta pelo BDMG e pela Embrapa e reúne a competência agrícola e tecnológica da Embrapa e a competência institucional e financeira do BDMG para alavancar a adoção de técnicas mais inovadoras e climaticamente inteligentes na produção agrícola do Estado, promovendo ganhos de competitividade, bem como ganhos ambientais e sociais.

Estão previstos investimentos de R\$ 4 milhões de reais ao longo de 5 anos do Programa, sendo que R\$ 1 milhão estão garantidos por meio do repasse de 200 mil euros em recursos não reembolsáveis advindos da parceria do BDMG com a LAIF/AFD, que viabilizarão os primeiros dois anos do Programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A função clássica do sistema financeiro é prover recursos para dinamizar a economia mediante a intermediação entre os agentes com recursos e aqueles que os necessitam para manter o giro de seus negócios e/ou viabilizar projetos de investimento. Quando bem regulado e saudável, o sistema financeiro cumpre o papel de orientar o crescimento econômico, multiplicando os recursos disponíveis e os direcionando para construção de um futuro melhor por meio do crédito.

No processo de concessão, os bancos têm o poder de selecionar os projetos financiados ao incluir pré-requisitos que podem direcionar o rumo dos negócios, como em relação à sustentabilidade ambiental e social tão em voga atualmente. Ao

escolher suas atividades prioritárias para receber mais financiamento, as instituições financeiras constroem uma ponte entre o presente e o futuro da economia.

Mais do que ferramentas de concessão, análise de crédito e criação de produtos financeiros, os bancos têm o potencial de induzir o comportamento dos agentes econômicos. Essa indução tem o potencial de ocorrer em escala global. O sistema financeiro internacional está interligado, por meio da regulação e da dinâmica dos mercados de capitais, e qualquer mudança no padrão atual do sistema financeiro tem potencial de se propagar por todo tecido econômico e social ao redor do mundo. Bancos públicos têm sido considerados instrumentos cada vez mais relevantes na execução e dinamização das políticas públicas de desenvolvimento.

O subsistema financeiro de desenvolvimento tem papel cada vez mais relevante neste contexto. Pode atuar como articulador das agendas de desenvolvimento sustentável, impulsionando os ganhos de equidade, de produtividade e a sustentabilidade que ajudarão a pautar uma economia mais justa e para construção de um futuro mais sustentável e inclusivo. O mundo e suas principais instituições multilaterais de desenvolvimento já caminham em direção a um sólido consenso quanto a necessidade de respeitar a natureza e quanto as melhores estratégias para a superação desses desafios.

Para canalizar o financiamento público e, sobretudo, privado, será necessária uma mudança nos incentivos econômicos para alavancar os investimentos verdes necessários. Os bancos multilaterais de desenvolvimento terão papel preponderante no financiamento desses projetos, sobretudo nas economias periféricas, atuando na seleção de projetos, coordenando a implementação e constituindo fundos mitigadores de risco para os investimentos verdes.

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) carrega, ao longo de toda sua história, a marca do pioneirismo. Sobreviveu a crises significativas, que colocaram em xeque inclusive o papel do sistema de fomento nacional, quando predominou uma visão mais liberal sobre a relação entre Estado e economia. Sobreviveu às dificuldades financeiras decorrentes de sua própria ação de fomento. Em todos estes momentos, a presença de uma equipe de alta qualificação técnica e a capacidade de diálogo da alta direção do banco com interlocutores-chaves nos governos estadual e federal, permitiram não somente a sobrevivência, mas a manutenção do Banco como instituição relevante ao desenvolvimento de Minas Gerais.

O BDMG tem sido pioneiro no Brasil em diversas agendas assumidas pelos sistemas de fomento ao redor do mundo. Recentemente, tem se alinhado cada vez mais à nova dinâmica dos bancos de fomento mundiais que exige maior foco em investimentos sustentáveis com impactos positivos. Suas seis décadas de história exemplificam como foi essencial para promover a modernização e o desenvolvimento econômico do estado, desde a sua fundação. Com sua alta capacidade técnica e resiliência para se reinventar, contribuirá ainda de forma significativa com a sociedade mineira e brasileira neste novo ciclo de desafios que sobressaem nesta segunda década do século XXI.

REFERÊNCIAS

SUCHODOLSKI, S. G. *et al.* O papel do sistema financeiro na agenda de desenvolvimento sustentável e o exemplo do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. **Revista Economia e Políticas Públicas**, v.9, n.1, p.9-31, 2021.

VIANNA, C. F. S. **Case:** financiamento do BDMG ao setor de biociências de Minas Gerais. BIOMINAS. 2016. Disponível em: <https://biominas.org.br/blog/2164financiamento-do-bdmg/>. Acesso em: ago. 2022.

XU, J.; REN, X.; WU X. Mapping development finance institutions worldwide: definitions, rationales and varieties. **New Structural Economics Development Financing Report**, 2019.

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) - Documentos diversos:

CARVALHO, S. A montanha-russa chamada década de 1960. **Diário do Comércio**, ago 2022. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/especial/a-montanha-russa-chamada-decada-de-1960/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

COSTA, LMB. **Governo Lula:** um projeto de Brasil. São Paulo: Dialética, 2022.

CUNHA, A. M.; PRATES, D. M.; CARVALHO, C. E. O sistema nacional de fomento: formato atual e propostas de reforma. **Revista de Análise Econômica**, v.34, n.65, p.269-300, 2016.

DE LUNA-MARTINEZ, J.; VICENTE, C. L.; ARSHAD, A. B.; TATUCU, R.; SONG, J. Survey of National Development Banks (English). Washington, DC: World Bank Group, 2017-2018. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2006223. Acesso em: jun. 2020.

DE PAULA, J. A. FACE/UFMG, BDMG e Cedeplar: instituições do planejamento e desenvolvimento de Minas Gerais. **Nova Economia**, v.26, p.1075-1095, 2016.

DE PAULA, J. A. **Minas Gerais:** visão de conjunto e perspectivas. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

DINIZ, C. C.; LOPES, L. O visionário do desenvolvimentismo. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v.44, p.80-95, jul./dez. 2008.

DINIZ, H. C. P. **BDMG, histórico e desafios.** Belo Horizonte: Graf. Formato. 2008.

FERNANDES, C. L. L. Economia e planejamento em Minas Gerais nos anos de 1960 e 1970. **Revista Gestão & Tecnologia**, v.7, n.1, 2007.

GARCIA, J. R.; ANDRADE, D. C. Panorama geral da industrialização de Minas Gerais (1970-2000). **Leituras de Economia Política**, Campinas, v.9, p.155-182, dez. 2007.

GRIFFITH-JONES, S.; OCAMPO J. A.; REZENDE F. *et al.* The future of national development banks: introduction. In: _____. **The future of national development banks.** Oxford: Oxford University Press, 2018.

GRIFFITH-JONES, S.; OCAMPO, J. A.; REZENDE, F.; SCHCLAREK, A.; BREI, M. **Future of development banks:** framework paper BNDES/CAF/IPD project. Manuscript, 2017.

HORN, C. H.; FEIL, F. Instituições financeiras de desenvolvimento regional e os desafios do Sistema Nacional de Fomento. **Economia e Sociedade**, v.28, p.227-254, 2019.

LEÃO, L. L. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e sua atuação. **Interação-Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v.19, n.2, p.131-143, 2017.

LEÃO, L. L.; MARTINS, P. S.; LOCATELLI, R. L. Gestão de ativos e passivos e controle de riscos: um estudo aplicado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A. **Revista Gestão & Tecnologia**, v.12, n.3, p.3-25, 2012.

LIMA NETO, G. C. **A trajetória do BDMG e o desenvolvimento da economia mineira**. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2008.

RODRIGUES, C. S.; SILVA, S. A. A sustentabilidade de uma plataforma colaborativa e interativa de memória: o estudo de caso da Rede de Histórias e do Espaço Memória do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. *In*: 11º CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN [= BLUCHER DESIGN PROCEEDINGS. **Anais....** Gramado, v.1, n.4, p.11, 2014.

SALVIANO JUNIOR, C. 2004. '**Bancos estaduais**: dos problemas crônicos ao PROES.' Banco Central do Brasil. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livro_bancos_estaduais.pdf. Acesso em: jun. 2020.

SANTOS, C. H. M. D. *et al.* A caracterização estrutural do sistema financeiro brasileiro: uma agenda de pesquisa. *In*: _____. (org.). **Características estruturais do sistema financeiro brasileiro**: um registro da reflexão do Ipea no biênio 2014-2015. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. V.1, Cap. I. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8770>. Acesso em: ago. 2022.

SILVA, G. A. F. **Projetos não enquadrados**: uma análise do escopo do programa bdmg/fapemig pró-inovação. 2022. Dissertação (Mestrado em Inovação) – Instituto de Ciências Biológicas Programa de Pós-graduação em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2022.

SUCHODOLSKI, S. G. *et al.* From global to local: subnational development banks in the era of sustainable development goals. **Review of Political Economy**, v.34, n.2, p.318-339, 2022.

TORRES, E.; ZEIDAN, R. 2016. The life-cycle of national development banks: the experience of Brazil's BNDES. **The Quarterly Review of Economics and Finance**, v.62, p.97-104, 2016.

VIEIRA, C.; DINIZ, F. Gestão pública e atração de investimentos em Minas Gerais a partir dos anos 40. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v.1, n.4, p.89-110, 2016.